

# Radiologia da SC do Rio faz aniversário

No dia 21 de março de 2002, o Serviço de Radiologia da Santa Casa — Rio estará completando 90 anos de fundação como Gabinete de Radiologia da Faculdade Nacional de Medicina, em 1912, associado ao Serviço de Radiologia da Santa Casa, ambos chefiados pelo Professor Roberto Duque Estrada.

Em 7 de fevereiro de 1913 re-inaugura-se como Instituto de Radiologia com novos equipamentos. Em 15 de julho de 1916, o ensino de Radiologia na Faculdade Nacional de Medicina iniciou-se com o 1º Curso de Radiologia ministrado em 30 lições teórico-práticas pelo próprio Prof. Duque Estrada com material selecionado.

Em 18 de agosto de 1965, é substituído pelo Prof. Nicola Casal Caminha, ligado ao Serviço desde 1939, que toma posse como Chefe do Serviço de Radiologia da



Santa Casa. Este iniciou a formação de especialistas em Radiologia em 1969 na forma de Residência Médica, vinculada à Faculdade de Medicina (até 1978), o que continua até hoje. O Departamento de Radiologia foi instalado oficialmente no dia 23 de junho de 1972, ocasião em que os professores de Radiologia do Departamento de Clínica Médica foram removidos para o novo departamento.

A 1ª Reunião do Corpo Deliberativo do Departamento de Radiologia foi no Serviço de Radiologia da Santa Casa, onde foram escolhidos os primeiros responsáveis pelas disciplinas: Medicina Nuclear - Prof. José Clemente Magalhães Pinto; Radiodi-

agnóstico - Prof. Abércio Arantes Pereira; Coordenação das Atividades Didáticas — Prof. Walter Vieira de Azevedo.

Em janeiro de 1995, com o falecimento do Prof. Nicola Casal Caminha, foi convidado para substituí-lo o Prof. Hilton Augusto Koch que tomou posse dois meses depois, passando a ser o 3º Chefe do Serviço de Radiologia da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Hoje o Serviço de Radiologia da Santa Casa atende pacientes do SUS em exames de radiologia convencional e contrastada, e pacientes particulares. Possui um Centro de Diagnóstico Mamário com equipamentos modernos e processamento específico, tendo o Certificado de Qualidade do CBR. Tem também um Setor de Ultra-sonografia que dá apoio tanto a complementação diagnóstica de alterações mamárias quanto aos exames radiológicos gerais.

## Resolução CFM nº 1.627/2001

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.405, de 19 de julho de 1958, e

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 3.268/57 confere aos Conselhos de Medicina a obrigação de zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance para o perfeito desempenho ético da Medicina;

**CONSIDERANDO** que o alvo da atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo zelo e o melhor de sua capacidade profissional;

**CONSIDERANDO** que o campo de trabalho médico se tornou muito concorrido por agentes de outras profissões e que os limites interprofissionais entre essas categorias profissionais nem sempre estão bem definidos;

**CONSIDERANDO** que quando do início da vigência da Lei nº 3.268/57 existiam praticamente só cinco profissões que compartilhavam o campo e o mercado dos serviços de saúde, quais sejam, a Medicina, a Veterinária, a Odontologia, a Farmácia e a Enfermagem, e que os limites entre essas carreiras profissionais estavam ajustados milenarmente em quase todos os casos;

**CONSIDERANDO** que agora, diferentemente, a área da saúde e da doença está pleto de agentes profissionais sem que haja clara definição dos limites dos seus campos de trabalho;

**CONSIDERANDO** que cada uma dessas novas profissões foi instituída como se fosse uma atividade isolada, sem muita preocupação com as atividades que lhe eram limitrofes e sem estipulação precisa de quais seriam suas atividades privativas, de quais seriam as que compartilhariam com outras profissões

e quais seriam essas categorias ocupacionais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de haver uma melhor definição das atividades profissionais típicas e privativas de cada categoria profissional, dos limites de cada uma, das relações entre as atividades limitrofes e das relações de cada uma delas com a Medicina, por ser, de todas, a mais antiga e a de campo mais amplo de atuação, vez que interage com todas as outras;

**CONSIDERANDO** que se deve atentar para a unidade da Medicina, que não pode ser pulverizada, sem grave prejuízo para o interesse social;

**CONSIDERANDO** os conceitos essenciais da Medicina Preventiva, quais sejam, o de prevenção primária (profilaxia da ocorrência da enfermidade), prevenção secundária (prevenção da evolução da enfermidade) e prevenção terciária (prevenção da invalidez determinada por uma enfermidade);

**CONSIDERANDO** a necessidade de se instituir normas relativas à definição e alcance do ato médico;

**CONSIDERANDO** o decidido em Sessão Plenária Extraordinária de 23 de outubro de 2001, realizada em Manaus, com supedâneo na Exposição de Motivos anexa;

**CONSIDERANDO** a Exposição de Motivos anexa a esta resolução,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** — Definir o ato profissional de médico como todo procedimento técnico-profissional praticado por médico legalmente habilitado e dirigido para:

I. a promoção da saúde e prevenção da ocorrência de enfermidades ou profilaxia (prevenção primária);

II. a prevenção da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos (prevenção secundária);

III. a prevenção da invalidez ou reabilitação dos enfermos (prevenção terciária).

§ 1º — As atividades de prevenção secundária, bem como as atividades de prevenção primária e terciária que envolvam procedimentos diagnósticos de enfermidades ou impliquem em indicação terapêutica (prevenção secundária), são atos privativos do profissional médico.

§ 2º — As atividades de prevenção primária e terciária que não impliquem na execução de procedimentos diagnósticos e terapêuticos podem ser atos profissionais compartilhados com outros profissionais da área da saúde, dentro dos limites impostos pela legislação pertinente.

**Artigo 2º** — O exercício da Odontologia, nos limites de sua competência legal, está excluído destas disposições, nos termos da lei.

**Artigo 3º** — As atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino dos procedimentos médicos privativos incluem-se entre os atos médicos e devem ser exercidos unicamente por médico.

**Artigo 4º** — O Conselho Federal de Medicina fica incumbido de definir, por meio de resolução normativa devidamente fundamentada, os procedimentos médicos experimentais, os aceitos e os vedados para utilização pelos profissionais médicos.

**Artigo 5º** — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus-AM, 23 de outubro de 2001.

EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE  
Presidente  
RUBENS DOS SANTOS SILVA  
Secretário-Geral